



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141410 - MG (2021/0011927-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : BRENO FERREIRA TELES
ADVOGADO : MARCELO SILVA MAROMBA - MG113115
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por BRENO FERREIRA TELES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.540892-5/000).

Foram expedidos em desfavor do recorrente mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva. Foi realizado cumprimento de mandado de busca e apreensão em sua residência, não sendo cumprido o mandado de prisão, tendo em vista que o recorrente não se encontrava em sua residência.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Sustenta que, até o presente momento, não houve qualquer intimação e a defesa não teve acesso aos autos.

Aduz que não pode ser considerado foragido, pois não estava em casa no momento do cumprimento do mandado e nem mesmo fora avisado da diligência.

Defende que não foram apresentados fatos concretos para a segregação cautelar, que teria sido fundamentada na gravidade abstrata do delito.

Afirma que sua situação se amolda às hipóteses indicadas na Resolução n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, notadamente quanto à recomendação de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, "o conhecimento e provimento para conceder a ordem de *habeas corpus* de ofício em caráter de urgência" (e-STJ fl. 170).

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o recorrente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, o recorrente não logrou demonstrar a incidência de qualquer das hipóteses acima descritas, razão pela qual não se verifica, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

No mais, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a decretação da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada com base em elementos concretos dos autos a demonstrar a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a sua periculosidade, a gravidade concreta do delito, perpetrado com o uso de arma de fogo, bem como o fato de que é reincidente e encontra-se foragido.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência